

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.988 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: JEOVÁ MOREIRA DA COSTA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: EDNA DE FÁTIMA ALVES E CASTRO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JULIO FIRMINO DA ROCHA FILHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LUÍS HENRIQUE ALVES SOBREIRA MACHADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARCOS VON GLEHN HERKENHOFF</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LEONARDO RAMOS GONÇALVES</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: ARACELY DE PAULA E OUTRO(A/S)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARIA CLÁUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO</b>

**DECISÃO:** Trata-se de agravo cujo objeto é o recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (proferido em Agravo Regimental em Respe), assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. DESPROVIMENTO.

1. Não há falar em violação dos arts. 93, IX, da CF/88 e 165 e 535 do CPC, pois o TRE/MG manifestou-se acerca do conteúdo econômico das condutas imputadas aos agravantes na ação de impugnação de mandato eletivo.

2. Os mandatos dos agravantes foram cassados com base em abuso do poder econômico, consubstanciado na cessão de quinhentos lotes residenciais a famílias de Araxá/MG e na doação de terrenos a empresas privadas no ano de 2012.

3. No tocante à primeira conduta, os agravantes limitaram-se a aduzir a existência de previsão legal para a distribuição dos lotes, circunstância expressamente afastada pelo TRE/MG, de modo que o acolhimento dessa alegação demandaria o reexame de fatos e provas (Súmula 7/STJ).

4. Quanto à segunda conduta, o TRE/MG assentou que o abuso decorreu das circunstâncias em que realizadas as doações. Os agravantes, todavia, em nenhum momento refutaram esse argumento, tampouco suscitaram violação do art. 14, § 10, da CF/88, restringindo-se a apontar a existência de

**ARE 920988 / DF**

previsão em lei. Assim, as razões do recurso especial estão dissociadas dos fundamentos adotados e não foram infirmadas todas as suas conclusões (Súmulas 283/STF e 284/STF).

**5. Agravo regimental desprovido**

Foram opostos embargos de declaração dessa decisão, os quais foram integralmente rejeitados, mantendo-se na íntegra o acórdão retrotranscrito (fl. 3.592).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, aponta-se ofensa aos arts. 5º, LIV e LV, e 93, IX do texto constitucional.

Nas razões recursais, sustenta-se, em suma, a inadequação da via eleita (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo) na origem para a apuração de abuso de poder econômico, bem como a incorreção das conclusões do TSE, especialmente acerca da necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos para rever a decisão da instância *a quo*.

A Presidência do Tribunal Regional Federal inadmitiu o recurso por verificar o óbice das Súmulas 279, 283 e 284 do STF (fl. 3.648).

A agravante defende a ausência de fundamentação da decisão e ratifica as teses suscitadas no extraordinário.

**Decido.**

A Lei 12.322/2010 inaugurou nova sistemática no processamento do agravo interposto em face de recurso extraordinário. Assim, inadmitido o recurso na origem, o agravo é interposto nos autos, dispensando-se a formação de instrumento (art. 544, *caput*, do CPC).

Consabido, a admissibilidade dos recursos às instâncias especiais é aferida tanto na origem quanto no destino. O agravo destinado ao Tribunal *ad quem* permite garantir o juízo de dupla admissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Registre-se, contudo, que o agravo, enquanto recurso, também está sujeito à decisão de admissibilidade.

Feitas essas observações, verifico que, *in casu*, o agravo tem preenchidos os pressupostos processuais, razão pela qual passo ao exame de suas razões.

**ARE 920988 / DF**

**Entretanto, não merece reparos a decisão agravada:** o acórdão recorrido partiu da moldura fática delineada pela decisão *a quo* e ratificou suas conclusões. Ainda, pontuou que o mérito acerca da legalidade da conduta não foi atacado de forma a permitir conclusão diversa da que se chegou quanto à prática do ilícito eleitoral. Por fim, consignou que para alterar a sua conclusão, que corroborou a da instância inferior, seria necessária a substituição das premissas fático-jurídicas expostas, de forma a se colocar o óbice da Súmula nº 279 do STF.

De fato, para infirmar o assentado pelo Regional, seria necessário o reexame de fatos e provas, o que é vedado. Ainda, acertada a decisão quanto aos argumentos utilizados (de falha do devido processo, ampla defesa, etc.) dependerem de hermenêutica infraconstitucional, o que não autoriza o seguimento do extraordinário conforme verbete da Súmula nº 282 do STF.

Ante o exposto, **conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário**, nos termos dos arts. 544, § 4º, II, b, CPC, e 21, §1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

**Ministro Edson Fachin**

Relator

*Documento assinado digitalmente*